

MÚLTIPLAS MODERNIDADES OU VARIEDADES DA MODERNIDADE?¹

Volker H. Schmidt

RESUMO

O artigo apresenta uma avaliação crítica do conceito de “múltiplas modernidades” que ganhou terreno na Sociologia na década de 1990. Ele rejeita essa noção como tanto conceitualmente equivocada quanto empiricamente infundada e propõe um conceito alternativo – de “variedades da modernidade” –, que se acredita resolver mais facilmente as questões substantivas do conceito anterior, ao mesmo tempo em que permite que se fale de “modernidade” no singular. A principal fonte de inspiração para esse conceito alternativo são as variedades do paradigma capitalista que guia a literatura da Nova Economia Política; uma de suas vantagens em relação ao paradigma das múltiplas modernidades é o foco nas instituições, muito mais que nas vagas e pouco explicativas noções de “cultura” e “diferença cultural”. Entretanto, a abordagem de variedades da modernidade que siga essa via tem que ser muito mais ampla e compreensiva e deve, portanto, ser mais difícil de desenvolver e de aplicar que o paradigma de variedades do capitalismo. Mas mesmo que em última instância ela prove-se impraticável, a mera consideração de seus pré-requisitos metodológicos ainda promete fornecer valiosas sugestões para os pesquisadores da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: *capitalismo; instituições; conceituação; variedades da modernidade; múltiplas modernidades.*

I. INTRODUÇÃO

Na década de 1990, um novo paradigma emergiu na Sociologia para conceituar o mundo contemporâneo: o conceito de “múltiplas modernidades”. Os propositores do novo paradigma compartilham algumas premissas-chave a respeito do mundo moderno, bem como uma aversão comum à teoria da modernização dos anos 1950 e 1960, que, alegam eles, apresenta uma visão do mundo supersimplificada, empiricamente incorreta e normativamente questionável². O principal ponto de disputa é a premissa teórica de que

a modernização é um processo homogeneizante, em última análise conduzindo à convergência das sociedades a ela submetidas; além disso, sua alegada propensão a igualar uma variedade específica de modernidade – a de “o” Ocidente ou, de maneira ainda mais específica, a dos Estados Unidos – com a própria modernidade, por meio da sua elevação, como Björn Wittrock (2000, p. 54) afirma, “ao *status* de marco histórico mundial”. Contra ambas essas perspectivas, os críticos enfatizam a diversidade das sociedades modernas; de acordo com eles, não apenas há diversas trilhas para a modernidade, como diferentes trajetórias históricas e cabedais sócio-culturais também dão origem a formas de modernidade altamente diversas, em diferentes partes do mundo. De fato, mesmo a Europa, onde tudo começou, exibe uma grande diversidade cultural e institucional.

Mas isso é de fato uma nova perspectiva – e não estão (ou estavam) os próprios teóricos da modernização cômicos disso? A questão não é –

¹ Este artigo é uma versão revisada de um texto apresentado na oficina da Associação Internacional de Sociologia “Desafios globais e respostas locais. Tendências e desenvolvimentos na sociedade e na Sociologia na Ásia e além”, realizado em Cingapura, de 14 a 16 de março de 2004. Agradeço a Daniel Chirot, Hing Ai Yun e Roxana Waterson pelas úteis sugestões e pelo encorajamento. Este artigo foi publicado originalmente em *Current Sociology* (London, v. 54, n. 1, p. 77-97, Jan.2006). Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Leonardo Biscaia de Lacerda.

² Para os propósitos deste artigo, considero que faz sentido falar em teoria da modernização no singular, mesmo que nenhuma versão canônica dessa teoria não tenha nunca exis-

tido (há apenas autores mais ou menos influentes que compartilham algumas importantes premissas). Um resumo conciso de algumas suposições comuns às teorias da modernização pode ser encontrado em Huntington (1971).

pelo menos, não pode seriamente ser – se há diversidade no mundo. Certamente há. Mas o que fazemos com isso? *Quanto* de diversidade existe? Que *tipos* de diversidade existem nas diferentes sociedades modernas? Quão *profundas* são as diferenças existentes? Qual o seu *significado* em termos de Teoria Social? E quais são suas perspectivas futuras? É mais provável que elas persistam, que resistam a outras mudanças sociais (“globalização”), talvez mesmo se aprofundando como um resultado disso (ou da resistência a isso), ou temos razão para esperar que elas diminuirão no longo prazo? Mais ainda: se agora todos vivemos no período moderno – como, em um sentido, nós sem dúvida vivemos –, isso implica que todas as sociedades são igualmente modernas? Ou a modernidade é uma questão de grau? Que significa – ou implica – ser moderno, de qualquer maneira?

Para responder a questões desse tipo, necessita-se de um entendimento razoavelmente claro do próprio conceito de modernidade – ou da sociedade moderna. A literatura a respeito das múltiplas modernidades contribui pouco para seu entendimento; ela apenas se distancia do que considera as mais discutíveis perspectivas da teoria da modernização, sem oferecer uma definição ou uma proposta alternativa. Ao contrário, ela requer largamente uma noção implícita de modernidade que, quando minuciosamente examinada, na verdade se revela surpreendentemente similar à que subjaz a muito do trabalho dos teóricos da modernização – sendo apenas mais diluída. Assim, enquanto a teoria da modernização visa a abarcar a *totalidade* da estrutura da sociedade moderna e *todos* os aspectos dos dramáticos processos de mudança que causam sua emergência, a literatura a respeito das múltiplas modernidades enfoca quase exclusivamente os fatores *culturais* e as maneiras por que se acredita que eles modelam a *política* ou o *âmbito político* (como se a modernidade fosse idêntica ao seu regime político [*polity*] ou ao Estado moderno), bem como, em alguns casos, enfocam a *religião*³. Não é surpreendente que, na medida em que a teoria da modernidade é esboçada

no seu todo, ela surja como uma autoproclamada teoria cultural (cf. TAYLOR & LEE, s/d).

Nas páginas seguintes, eu primeiramente apresentarei um rápido resumo de alguns dos principais aspectos trazidos à baila pela literatura das múltiplas modernidades. Isso será seguido por algumas observações críticas e pela sugestão de uma abordagem alternativa que, ao mesmo tempo em que abarca as preocupações substantivas das abordagens anteriores, evita suas falhas mais sérias. Uma breve conclusão na quarta seção sumaria o que acredito poder ser aprendido do esforço de pôr essa abordagem alternativa para funcionar.

II. MÚLTIPLAS MODERNIDADES: UMA BREVE DISCUSSÃO

Uma idéia compartilhada por diversos autores que trabalham com o paradigma das múltiplas modernidades é que a modernidade é acima de tudo um “projeto” cultural – ou, mais precisamente, u’a multiplicidade de tais programas, não uma realidade institucional (EISENSTADT, 2000a). É claro que é também uma realidade institucional, mas essa própria realidade baseia-se em, ou dá origem a, uma certa quantidade de “notas promissórias” profundamente enraizadas, como Wittrock (2000) chama-as. Antes de as diversas revoluções que associamos ao surgimento da modernidade na Europa – a industrial, a urbana, a científica, a política, a educacional – terem ocorrido, uma outra revolução, a intelectual, teve que ocorrer. Essa revolução intelectual preparou o cenário para uma transformação epistêmica fundamental que fez o projeto moderno possível em primeiro lugar.

No coração dessa transformação epistêmica está o Iluminismo europeu. Ele questiona a tradição [*givenness*] da ordem social e conscientiza de sua maleabilidade e, conseqüentemente, de sua contingência. A concomitante deslegitimação da

³ Deve a religião manter-se, ao invés de desaparecer, como os teóricos da modernização supostamente afirmam? A contínua relevância da religião em várias partes do mundo, exceto talvez em alguns países do Noroeste da Europa, não fragiliza a proposição de que a modernização conduz à secularização (cf., p. ex., HEFNER, 1998; SPOHN, 2003)?

Não, é claro – pois a secularização não necessariamente implica o desvanecimento ou o desaparecimento da religião. Ela implica somente sua gradual separação em relação a outras esferas da sociedade em que suas vistas não podem mais reivindicar importância suprema, pois essas esferas (*i. e.*, a economia, a política, o Direito, a ciência etc.) tornam-se estruturalmente autônomos da religião e crescentemente seguem suas próprias normas – um tema já proposto por Max Weber em sua noção de distintas “esferas de valor” e “ordens da vida” [*life orders*] (cf. WEBER, 1978).

tradicional autoridade política e religiosa põe em movimento um processo que em última análise conduz ao estabelecimento de uma ordem radicalmente diferente, que é a da democracia política. Além da nova ordem política, várias outras inovações dão origem a várias instituições que se tornam emblemáticas do mundo moderno: o jogo da lei e uma esfera privada legalmente protegida, a economia de mercado, a sociedade civil, a liberdade de pensamento e a ciência etc.

Até agora, o resumo – de que dou aqui uma versão bastante resumida devido à falta de espaço – é relativamente incontroverso e provavelmente também poderia ser subscrito por vários teóricos da modernização, mesmo que eles dêem menor ênfase aos fatores culturais e focalizem mais a transformação sócio-econômica da sociedade, posta em movimento pela revolução industrial, pela ascensão da burguesia e pela derrocada da aristocracia. Eles também não têm problemas em aceitar a proposição de que a modernização é um “processo contínuo e ilimitado”, para usar as palavras de Krishan Kumar (1999, p. 72), um dos poucos sociólogos contemporâneos remanescentes que aceitam sem ambigüidades a teoria da modernização. Por outro lado, os advogados da abordagem das múltiplas modernidades concordam com os teóricos da modernização que o “projeto da modernidade” (Habermas), a partir do momento em que ele firmemente deitou raízes no Ocidente, começou logo a ter uma relevância global e a espalhar-se para o que às vezes é depreciativamente chamado de “o resto”⁴.

Os principais desentendimentos referem-se às conseqüências que os processos de moderniza-

ção têm para diferentes sociedades. Como dito anteriormente, os teóricos da modernização afirmam que as sociedades que sofrem esse processo tendem a tornar-se semelhantes ao longo do tempo em suas perspectivas institucionais e culturais, ao passo que os críticos situados no lado das múltiplas modernidades insistem na prevalência de diferenças culturais e institucionais, a despeito da modernização⁵. A própria recusa em falar de modernidade no singular, mais que as “múltiplas modernidades”, ilustra essa diferença.

Mas quantas modernidades há? Em um nível, a literatura sobre as múltiplas modernidades parece sugerir que há tantas modernidades quantas sociedades modernas (ou modernizadas) existem – que tendem a ser igualadas aos estados, nessa literatura. Essa leitura é sugerida pelos relatos sobre as múltiplas modernidades, como a elaborada por Wittrock, de acordo com quem não há somente muitas variedades de modernidade fora do Ocidente como também no seu interior. Assim, a modernidade francesa difere da alemã, que difere da escandinava (ou nórdica – cf. STRATH, 2004), que difere da inglesa, que difere da estadunidense e assim por diante. Mas isso não é realmente o que os advogados do paradigma das múltiplas modernidades querem dizer, mesmo que isso possa ser totalmente consistente com algumas de suas

ternacional de todas as outras sociedades”. Em outras palavras, todos os países cedo ou tarde terão que reagir e adaptar-se, “sob risco de extinção”, como Marx e Engels disseram (talvez com certo excesso de dramaticidade) no *Manifesto comunista*. Os “universais evolucionários” de Parsons (cf. PARSONS, 1964) são um esforço para examinar os pré-requisitos estruturais de adaptações mais ou menos exitosas.

⁴ Karl Marx estava entre os primeiros teóricos sociais que examinaram as implicações das transformações européias – que ele acreditava refletirem um ponto de inflexão na história mundial – para as outras partes do mundo. Como ele disse em uma famosa frase de *O capital* (MARX, 1936, p. 13), “O país que é mais desenvolvido industrialmente apenas mostra ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”. Talvez seja digno de recordar que o alvo específico dessa frase era a Alemanha, um país de industrialização tardia cujo desenvolvimento retardou-se significativamente em relação ao da Inglaterra, o principal modernizador europeu durante a vida de Marx. Como Reinhard Bendix (1977, p. 410) comentou aproximadamente um século depois, a industrialização não precisa ter exatamente os mesmos efeitos em todos os lugares. Mas ele foi adiante ao dizer que, “uma vez que ela ocorra em qualquer lugar, esse fato sozinho modifica o ambiente in-

⁵ Além disso, eles mesmos distanciam-se de qualquer identificação da modernização com a ocidentalização – um ritual popular no discurso das Ciências Sociais desde o último quartel do século XX (Giddens (1990, p. 174ss.) é uma rara exceção). Dado que há pouco desacordo a respeito de que a maioria das instituições modernas, e particularmente sua combinação, surgiram em “o” Ocidente, não está claro se a rejeição da tese da ocidentalização tem uma base *sócio-teórica* sensata ou se reflete primariamente, ao contrário, uma aversão *politicamente* motivada a noções mal-fundamentadas sobre a supremacia ocidental (moral ou não), que, sem dúvida, denigrem a promoção de um diálogo e uma troca intercivilizacionais razoáveis (como sugerido, por exemplo, pelas considerações de Therborn (2000) e por alguns dos capítulos de Sachsenmaier e Riedel (2002)). Mas dever-se-ia não confundir política ou prudência diplomática com ciência.

observações substantivas sobre a modernidade européia ou ocidental⁶. Seu principal argumento é que há modernidades *fora* do Ocidente que não podem ser completamente compreendidas em termos das categorias e dos conceitos desenvolvidos para a compreensão da modernidade *ocidental* ou, ao menos, que elas não convergem nem convergirão com as formas e estruturas institucionais que a modernidade veio a adotar no Ocidente. A modernidade, nesse perspectiva, cristaliza-se em torno das grandes civilizações humanas, como a européia (ou ocidental, ou judaico-cristã), a nipônica, a sínica, a indiana (ou hindu), a islâmica, a latino-americana etc. (conforme a tipologia apresentada por Huntington (1996)), cada uma das quais deixa suas impressões nas instituições da sociedade, dando-lhes suas forma e “cor” peculiares, por assim dizer.

Como se pode ver, em alguns dos casos acima indicados a cultura e a religião estão misturadas, tornando-as quase indistinguíveis. Isso bem pode fazer sentido – dependendo de quanta força a religião teve ou continua a ter em cada civilização⁷. Mas faz sentido falar da modernidade japonesa como distinta da ocidental? Duvido. Há diferenças inegáveis entre o Japão contemporâneo e os países ocidentais contemporâneos, assim como há muitas de tais diferenças em qualquer grupo de países originário de, ou pertencente a, outras ci-

vilizações. Um dos problemas da literatura sobre múltiplas modernidades é que ela realmente não nos diz muito sobre em que essas diferenças precisamente consistem, quão significativas elas são e porque elas justificariam falar em modernidade no plural, ao invés de no singular⁸. Mas é necessário saber isso para avaliar se o Japão – ou o Ocidente, ou a Índia, ou qualquer outro país ou região que se considere – é *tão* único para justificar, mesmo garantir, a conceituação de sua perspectiva institucional e cultural em seus próprios termos e, o que é mais, mesmo em termos *civilizacionais* – tão diferente que algo muito importante será perdido se o Japão for tratado como um elemento de uma série de membros de uma família comum de sociedades modernas. É realmente esse o caso? Por exemplo, o Japão é significativamente *mais* diferente da Espanha que a Dinamarca, ou a Inglaterra, ou a Grécia? E o Japão contemporâneo tem mais em comum com o Japão *pré-moderno* que, digamos, com o Canadá ou a Alemanha *contemporâneos*?

Questões como essas deveriam ser respondidas na afirmativa para justificar a linguagem das múltiplas *modernidades*, ao invés de variedades da *modernidade*. Se se concorda com a premissa da teoria da modernização⁹ de que a ruptura rumo à modernidade é genuinamente um processo revolucionário, comparável em termos de significância histórica apenas pela revolução neolítica e transformadora radical todos os aspectos da vida, deve ser difícil aceitar tais perspectivas. Meu próprio palpite é que as respostas dependem de como precisamente se olha para o que se compara em duas ou mais entidades sociais (que não precisam ser estados). A literatura sobre as múltiplas modernidades, todavia, nem mesmo permite propor tais questões, na medida em que as próprias premissas sobre as quais ela baseia-se implicam que *deve* existir maior variedade ao longo das linhas civilizacionais que ao longo da linha

⁶ Para evitar mal-entendidos, talvez eu devesse dizer que não discordo de muito do que (especialmente) Witrock tem a dizer a respeito da diversidade européia ou da relativamente tardia emergência da democracia mesmo em várias partes da Europa ocidental (embora eu também concorde com Chirot em que as diferenças que agora existem entre diferentes partes da Europa ocidental são bem pouco espetaculares – cf. Chirot (2001)). A principal questão em disputa refere-se à conclusão conceitual a ser tirada da existência dessa diversidade.

⁷ Ver, por exemplo, Weiss (2003) sobre o Islã no Paquistão, com especial referência ao seu impacto sobre (o entendimento local de, bem como às múltiplas sabotagens que sofrem,) os direitos das mulheres. Ver também Tabari (2003) a respeito da maneira como o poder do clero influencia a (falta de) separação entre o Direito, a política e a religião no Irã. Mas o que quer que se faça com exemplos como esses, a fusão da religião com todos ou muitos de outros setores institucionais da sociedade não é comumente vista como indicativa de um alto grau de modernidade. Como sugerido na nota 3, um dos traços constitutivos da modernidade é precisamente a “redução” da religião a um entre vários “subsistemas” (Luhmann) da sociedade, nenhum dos quais reivindica superioridade sobre os demais.

⁸ Ver, por exemplo, Eisenstadt (2000b), que contém um longo capítulo sobre a adoção e a reconfiguração da modernidade ocidental no Japão, mas que em nenhum lugar esboça os detalhes das tencionadas diferenças entre as modernidades ocidental e japonesa. Ao contrário, o livro oferece um relato histórico de como elas surgiram.

⁹ Uma premissa bem fundamentada na “tradição sociológica” (NISBET, 1966) e compartilhada por praticamente todos os discípulos dos clássicos, como pode ser útil recordar.

temporal e ao longo das épocas na história mundial. E dado que quase todos concordam que a sociedade moderna – seja ela tomada no singular, seja tomada no plural – difere das sociedades pré-modernas, as diferenças *pretendidas* entre as recém-descobertas múltiplas modernidades devem ser bastante profundas, de fato. Pois, se não forem, não haveria base razoável para falar em modernidade no plural – em “modernidades”.

Os defensores da noção de múltiplas modernidades poderiam responder que eu leio demais em suas obras e que seu objetivo é simplesmente enfatizar algumas diferenças culturais entre partes do mundo que são facilmente desconsideradas quando se aborda o mundo como um todo – o que a teoria da modernização parece fazer. Mas enquanto pode muito bem ser que os teóricos da modernização tenham uma tendência a *subestimar* as diferenças existentes, também devemos guardar-nos contra *sobrestimá-las*. Em particular, devemos ser mais específicos a respeito da natureza exata das diferenças que afirmamos existir e a respeito das razões de sua presumida magnitude.

Apresentarei agora um breve resumo de uma abordagem alternativa que, enquanto permite-nos falar de modernidade no singular, também deixa bastante espaço para considerar quaisquer diferenças entre países ou regiões do mundo que tenhamos motivo para enfatizar.

III. VARIEDADES DA MODERNIDADE

Como indicado antes, considero que uma alternativa melhor para alojar quaisquer diferenças porventura existentes entre diferentes sociedades modernas seria o conceito de variedades da modernidade, ao invés do de múltiplas modernidades. A principal fonte de inspiração para essa proposta é a literatura da Nova Economia Política sobre “variedades do capitalismo” (HALL & SOSKICE, 2001; STREECK & YAMAMURA, 2001; YAMAMURA & STREECK, 2003). Assim como a literatura sobre as múltiplas modernidades, ela enfatiza as diferenças. Todavia, as diferenças de que ela trata são vistas como *diferenças de espécies*¹⁰ em um gênero comum de organização

societal (mais especificamente, econômica), que é o do moderno capitalismo¹¹. Além disso, elas são antes de mais nada diferenças *institucionais*, não culturais, mesmo que sua inserção sócio-histórica em contextos culturais e políticos particulares seja bem traçada e reconhecida. E, finalmente, elas *atravessam* as linhas civilizacionais.

As duas principais versões – ou variedades – de capitalismo são discutidas nessa literatura: o capitalismo “liberal”, exemplificado mais claramente pela variedade anglo-americana de capitalismo, por um lado, e capitalismo “coordenado” ou “não-liberal”, de que a Alemanha e o Japão são tomados como exemplos primários, por outro lado¹². As diferenças que existem entre eles, bem como as vantagens e desvantagens comparativas que eles envolvem sob as condições de uma economia mundial crescentemente integrada, são analisadas detalhadamente, mas não precisam interessar-nos aqui. O que torna essa literatura útil para nossos propósitos atuais é que ela permite-nos levar as diferenças existentes seriamente sem lhes conferir demasiado peso.

Interessantemente, a abordagem também conduz a um reagrupamento de países – um reagrupamento que modo plausível sugere que há

¹¹ Não se poderia referir-se a essas diferenças falando-se em “capitalismos”, ao invés de em “variedades do capitalismo”? Poder-se-ia, mas assim a diferença mais fundamental entre os capitalismos moderno e pré-moderno (que, de fato, justificam o uso do plural) seria obscurecida. Como Weber (1984) demonstrou muito claramente, o capitalismo *como tal* não é uma invenção moderna. Mas a forma que o capitalismo assume sob as condições modernas torna-o radicalmente diferente de todas as suas versões anteriores. É mantendo essa percepção que faz mais sentido o uso da linguagem das variedades do capitalismo (capitalismo no singular!) ao conceituar as diferenças entre os tipos modernos de capitalismo.

¹² Vivien Schmidt (2002) sugere uma categorização diferente que gera pelo menos três variedades de capitalismo apenas para a Europa (“de mercado”, “administrado” e “capitalismo de Estado”, respectivamente). É claro que é sempre discutível o quanto uma tipologia deve ser mais homogênea ou mais heterogênea e a resposta depende menos dos fatos que dos propósitos das análises e das questões para que se busca uma resposta. Para o presente caso não importa se há duas ou mais variedades do capitalismo. Eu estou, na verdade, menos interessado nos achados substantivos dessa pesquisa que em seu valor heurístico para o desenvolvimento de uma abordagem sócio-teórica mais ampla, que, sem excluir a economia, vá além dela ao considerar a estrutura da moderna sociedade como um todo.

¹⁰ O autor usou a expressão “*family differences*”, mas essa expressão não faz muito sentido em português (“diferenças de família”); assim, preferimos uma versão biológica, fazendo referência a espécies e a gêneros (nota do tradutor).

diversos países ocidentais cuja conformação peculiar de instituições *econômicas* torna-os mais semelhantes *nesse sentido* a um importante país, ou civilização, asiático que várias de suas contrapartes ocidentais. Achados semelhantes provavelmente surgiriam caso se estendesse a análise a outros setores institucionais da sociedade, como os *regimes de políticas sociais* de várias sociedades modernas, seus *sistemas políticos* e outros. Novamente: poder-se-ia fazer questões do tipo: o Estado de Bem-estar Social do Japão é semelhante ao da Suíça, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha etc., como sua inclusão comum no tipo de regime “liberal” do trabalho de Esping-Andersen poderia sugerir (cf. ESPING-ANDERSEN, 1990), ou ele tem mais em comum tanto com a variedade alemã (a partir da qual ele foi inicialmente baseado em certa medida), por um lado, quanto com os dos “tigres” do Leste asiático (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong), por outro, como sugerido pela literatura a respeito do capitalismo de bem-estar confuciano (p. ex., JONES, 1993)¹³? Ou, por outro lado, o que dizer do capitalismo bastante liberal, *laissez-faire*, de Hong Kong? Quanto dessa variedade de capitalismo de bem-estar é peculiarmente “asiática” ou “leste-asiática” e quanto ela deve a modelos ocidentais exportados, dado que os administradores coloniais usaram a cidade como laboratório para testar idéias cuja implementação não era politicamente factível na metrópole (MCLAUGHLIN, 1993)? As orientações fortemente familistas e produtivistas dos sistemas de bem-estar do Leste Asiático são peculiaridades regionais, refletindo disposições culturais profundamente enraizadas, ou, ao contrário, são elementos de u’a mistura política universal cujos peso e configuração particulares dependem de contingências políticas, tais como a força do movimento de trabalhadores, o estágio de desenvolvimento (HORT & KUHNLE, 2000) e outros fatores? Se for o último caso, como se expli-

ca que vários sistemas de bem-estar da Europa continental eram tão semelhantes até recentemente? Em seguida, podemos olhar para a democracia japonesa – ou sul-coreana, ou indiana, ou chilena, ou qualquer que seja. Elas são todas categorias específicas ou somente variações particulares de três ou quatro modelos básicos (ou tipos – cf. KAISER, 1997) de democracia encontrados em outras partes do mundo¹⁴?

O que essas poucas observações sugerem é que devemos ser muito precisos em nossas análises comparativas e que é útil ir além do estudo de culturas e civilizações vagamente definidas e de seus enraizamentos históricos. É claro que se deseja saber como a história e a cultura modelam nossas instituições, mas deveríamos também estar interessados em analisar seus funcionamento e forma concretos. Ou, dito de outra forma: o que quer dizer que a África do Sul, ou o Japão, ou o Brasil constituem modernidades diferentes, ao invés de variedades diferentes, ou estágios diversos na realização de uma condição moderna comum?

Considere-se, por exemplo, o campo da *ciência*. Na Índia, ou no Egito, ou em Israel ela assume uma forma radicalmente diferente do que, digamos, na Itália, ou na Bélgica, ou na Holanda? A resposta provável é que isso depende daquilo em que se focaliza. Se se focalizam os padrões usados para medir a qualidade dos resultados, eles serão muito semelhantes em todos os lugares ou marginalizarão os países que optam por padrões mais paroquiais na busca de atenção dos mercados editoriais. Verdades científicas não variam de acordo com o contexto em que são produzidos – mesmo que nossas avaliações dessas verdades

¹³ Foi amplamente notado que a existência de um forte Estado desenvolvimentista em todos os acima citados países do Leste asiático de industrialização tardia marca uma outra característica em comum – tanto entre eles mesmos quanto com, por exemplo, a Alemanha. É desnecessário dizer que todos esses seis países também compartilham um legado comum de autoritarismo político, com a liberalização econômica (na medida em que ela de fato ocorreu) geralmente precedendo a liberalização política (na medida em que ela de fato foi alcançada).

¹⁴ Outra importante área de estudos poderia ser os *sistemas jurídicos* das diferentes sociedades. Como é de amplo conhecimento, os sistemas jurídicos dos Estados Unidos ou da Inglaterra e da vários países da Europa continental diferem marcadamente (ver RÖHL (1997) para um resumo sucinto). Mas em sua maior parte eles tendem ainda a ser vistos como variedades de um modo de jurisdição moderno e comum. Novamente: a questão que precisa de resposta é se as diferenças entre os sistemas jurídicos dos países ocidentais são mais, ou menos, profundas que o que distingue esses sistemas como um grupo dos sistemas jurídicos encontrados em outras “modernidades”, não-ocidentais.

¹⁵ Não obstante, em sua busca por uma regra de neutralidade axiológica para as Ciências Sociais, mesmo Weber (1988) estava completamente cômico dessa trivialidade.

inevitavelmente carreguem a marca da localidade de onde ela é proveniente (cf. SCHMIDT, 2001)¹⁵. Se, por outro lado, se se focalizar em questões como a organização do acesso a posições no setor científico, provavelmente se descobrirá que isso é mais aberto (*i. e.*, mais baseado em critérios puramente técnicos, significando um alto grau de diferenciação funcional na estrutura social como um todo) em um grupo de países que em outro e é bem possível que exista um vínculo entre os dois aspectos, como indicado pelo sucesso do sistema científico estadunidense, que aparece como o mais aberto do mundo. Reconhecendo esse vínculo, outros países podem (gradualmente) imitá-lo. Ou sair perdendo. O sistema alemão poderia ser um exemplo, nesse sentido¹⁶.

Outro exemplo é a *Medicina* e as percepções, regras e normas que guiam a prática médica. Se elas não são, por todas as suas peculiaridades locais, radicalmente diferentes nas sociedades não-ocidentais daquelas prevaletentes no Ocidente (pelo menos, são menos diferentes do que eram no passado pré-moderno dos respectivos países) e se quaisquer diferenças remanescentes têm mais a ver com diferentes capacidades econômicas que com concepções de medicina fundamentalmente diferentes, o que isso significa para noções de diferentes modernidades¹⁷? Por que afastar a possibilidade de que algumas das sociedades em ques-

tão são menos modernas que outras ou que não são (ainda?) igualmente modernizadas na totalidade de suas estruturas sociais? E, novamente: seria difícil encontrar setores institucionais das sociedades em que não se proponham tais questões¹⁸.

Wittrock corretamente assinalou que mesmo a Europa ocidental apenas recentemente se tornou completamente moderna em alguns aspectos (p. ex., no âmbito político). Assim, demorou até meados dos anos 1970 para que a Grécia, Portugal e a Espanha finalmente adotassem a democracia e até a década de 1990 para que o último obstáculo ao sufrágio universal fosse removido do último cantão suíço. Por que não considerar aspectos similares para outras regiões e outras sociedades também, através das fronteiras ou em campos específicos¹⁹? Em vários estados africanos e em muito do Sul da Ásia, as meninas são sistematicamente excluídas da educação formal, recebem menos cuidados médicos que os meninos e são geralmente consideradas socialmente menos valiosas que suas contrapartes masculinas, devido à persistência de sistemas de valores pré-modernos, bem como a estruturas sociais que lhes dão apoio (DRÈZE & SEN, 1995). Devemos ignorar isso? Se, por outro lado, uma análise comparativa sugere uma tendência gradual (lenta, inconstante, freqüentemente conflituosa, mas sem embargo discernível) em direção a u'a maior inclusão das mulheres nos principais setores institucionais da sociedade ao redor do mundo, o que isso implica? Que outros campos, nos quais mais diferenças podem prevalecer, são mais importantes para determinar o caráter de uma dada

Mas isso não evitou de ele adotar um conceito de verdade livre de contextos, sem o qual ele acreditava ser o trabalho acadêmico cientificamente inútil.

¹⁶ A ciência alemã, que certa feita foi a líder mundial em várias disciplinas, nunca se recuperou da expulsão dos pesquisadores judeus das universidades sob o regime nazista. Sem dúvida que há diversas razões para esse declínio, mas essa é claramente uma delas.

¹⁷ Às vezes o diagnóstico de singularidade parece ser um pouco mais que uma função dos limites dos horizontes dos autores, da escolha das unidades de comparação, de suas habilidades lingüísticas etc. Um exemplo é a justaposição feita por Margaret Lock (2002) das reações japonesas e anglo-americanas ao conceito de morte cerebral, que fez o caso japonês aparecer como particularmente excepcional. Entretanto, se ela tivesse incluído a Alemanha (e/ou a Suíça) em sua amostra, um quadro razoavelmente distinto teria surgido, pois as populações desses países apresentam reservas muito similares a respeito desse conceito, resultando em dificuldades legislativas semelhantes. Pelo menos a divisão Leste-Oeste construído pela escolha de seus objetos de pesquisa teria aparecido muito menos pronunciada.

¹⁸ Questões semelhantes são propostas por Chirot (2001, p. 345), que sugere que “diferenças culturais aparentemente irreconciliáveis são mais um produto de diferentes taxas de modernização que divisões culturais permanentes”.

¹⁹ Um exemplo poderia ser a bastante recente – de fato, ainda longe de completa – extensão de todos os direitos de cidadania a grupos há muito excluídos ou marginalizados, tais como os homossexuais, dando uma nova e mais inclusiva expressão ao conceito de igualdade (PHILLIPS, 1999). A cidadania, como O'Donnell (1993) sugeriu, pode existir em diferentes formas e com variados graus de “intensidade”. Até agora, ela tendeu a ser mais intensa nos países ocidentais que começaram a modernizar-se antes, mas isso não exclui a possibilidade de posterior “intensificação” mesmo nesses países. Por outro lado, isso sugere, sim, que cedo ou tarde os países de modernização tardia provavelmente estarão sob pressão – de dentro ou de fora – para também ampliarem sua noção de cidadania.

sociedade? Duvido que tal consideração possa evitar uma avaliação crítica.

Outro tema potencialmente danoso é este: as diferenças destacadas na literatura das múltiplas modernidades são quase sempre diferenças localizadas no nível internacional ou intercivilizacional. Entretanto, também se encontram diferenças bastante significativas – mesmo culturais – no nível subnacional. Por exemplo, Putnam (1993), entre diversos outros autores, demonstrou que continua a haver dramáticas diferenças entre os desempenhos econômicos e políticos do Norte e do Sul da Itália, originadas, em sua perspectiva, em profundas diferenças sócio-estruturais e culturais, que, por seu turno, foram diferentemente propícias para o desenvolvimento de uma economia capitalista completamente desenvolvida e um regime político democrático efetivo. Diferenças semelhantes foram observadas na Índia, especialmente entre Querala – presumivelmente o estado que foi mais longe no dismantelamento das estruturas pré-capitalistas e semifeudais de organização econômica – e o resto do país, resultando, entre outras coisas, em níveis de alfabetização e de expectativa de vida que superam não somente os de todos os outros estados indianos, mas também os de vários países economicamente mais desenvolvidos da América Latina e de alhures (HELLER, 1999)²⁰. Essas diferenças são menos significativas que as existentes entre, digamos, Cingapura e Luxemburgo (ou Berlim)²¹, ou Taiwan e Portugal (como se poderia ser levado a acreditar por uma abordagem centrada nas civilizações das múltiplas modernidades)? Se sim, por

quê? Se não, isso quer dizer que mesmo estados-nação singulares podem conter diferentes (“múltiplas”) modernidades dentro de suas fronteiras? Ou o que isso quer dizer? Por que dar tanta primazia a diferenças internacionais ou intercivilizacionais? A literatura das múltiplas modernidades não oferece respostas convincentes (se, de fato, oferece alguma) para questões como essas.

Também não devemos rejeitar prematuramente as postulações da teoria da modernização a respeito das tendências homogeneizantes conducentes à convergência. Se definimos “convergência” com cuidado suficiente e evitamos igualá-la a “identidade”, podemos detectar tendências de convergência mesmo nos próprios campos que a literatura das múltiplas modernidades acredita conferir o maior apoio a suas premissas: a cultura e a política. Para iniciar com o primeiro, considere-se o trabalho de Ronald Inglehart e outros a respeito da Pesquisa sobre Valores Mundiais (cf. INGLEHART, 1995; INGLEHART & BAKER, 2000). Esse trabalho sugere, para usar as palavras do próprio Inglehart (1995, p. 391), “que a modernização econômica e a modernização cultural tendem a ir juntas em síndromes coerentes” ao redor do mundo e que as diferenças mais fundamentais nas visões de mundo não são entre as sociedades industrializadas mas, ao contrário, entre sociedades pré-industriais e sociedades industriais. Da mesma forma, uma pesquisa empírica feita a partir do esquema da teoria do mundo político de John Meyer e outros (p. ex., MEYER *et alii*, 1997) sugere que uma sociedade mundial organizada ao redor de associações estruturais-chave está emergindo em virtude da rápida difusão de uma cultura global, encorajando a adoção de instituições similares ao redor do globo – sejam elas funcionais ou não. Ao mesmo tempo, temos boas razões para acreditar que várias das tendências que agora identificamos com a modernidade ocidental apenas recentemente se tornaram difundidas mesmo no Ocidente. Por exemplo, as pesquisas de Beck a respeito da “modernização reflexiva” (BECK, 1986) mostraram que a individualização tornou-se um fenômeno de massa na Alemanha apenas no início dos anos 1960 – com o começo do assim chamado “milagre econômico” –; observações semelhantes têm sido feitas, desde então, a respeito de outros países ocidentais. Frequentemente se notou que as visões de mundo, as personalidades e os sistemas

²⁰ Como se poderia esperar (seguindo as premissas da teoria da modernização), isso foi acompanhado por uma significativo declínio na taxa de fertilidade de Querala, que está agora abaixo do nível de reposição e é quase a metade da taxa da Índia como um todo (cf. SEN, 1999, p. 199). Pode-se pensar o que uma abordagem culturalista que enfatize a diferença faria com isso.

²¹ Parece mais apropriado comparar Cingapura com pequenos estados ou cidades de tamanhos semelhantes em níveis semelhantes de desenvolvimento que com países com um grande interior (rural), como a França. Com Luxemburgo, Cingapura compartilha sua independência política e sua condição de Estado; com Berlim – uma cidade-Estado no interior (e capital) da República Federal da Alemanha –, o tamanho da população (cerca de 4 milhões, contra cerca de 3,5 milhões de pessoas vivendo em Berlim) e sua heterogeneidade (por exemplo: ambas as cidades têm consideráveis minorias muçulmanas).

de valores dos “asiáticos” são menos individualistas que os dos ocidentais e que suas moralidades cotidianas tendem a ser mais orientadas para a comunidade, mais coletivistas. Mas a moralidade cotidiana do Ocidente não era muito diferente no passado (cf. PHILLIPS, 1993). Podemos rejeitar com certeza a possibilidade de que os hoje assim chamados “valores asiáticos” sejam mais reminiscentes que a moralidade européia de ontem (SENGHAAS, 1998) do que reflexos de diferenças civilizacionais entranhadas que aqui estão para ficar, para sempre? Feitas as contas, o Leste asiático – a primeira região não-ocidental do mundo a tornar-se totalmente moderna (cf. TU, 2000) – começou a modernizar-se muito depois do Ocidente. Não seria surpreendente, portanto, se muitos dos fenômenos que associamos à modernidade (ou à modernização) se manifestassem lá depois – e, de fato, há sinais de que é precisamente isso o que está acontecendo (cf., p. ex., JEPPEPERSON, 2002)²².

²² Meu próprio trabalho (SCHIMDT & LIM, 2004) sobre a micropolítica do transplante de órgãos também oferece pelo menos um apoio tentativo a essa hipótese, ao mostrar que várias das práticas de alocação presentemente observadas em Cingapura são notavelmente similares àquelas prevalentes em vários países ocidentais (tais como a Alemanha e os Estados Unidos) até muito recentemente. A política educacional pode ser outro exemplo. Qualquer um familiar com o estilo de ensino de cima para baixo nas escolas cingapurenses de ensino Fundamental e Médio rapidamente se lembrará de que o mesmo estilo dominou os sistemas escolares de vários países do mundo até após a II Guerra Mundial, superado em vários casos apenas nos anos 1970 ou mesmo depois (na verdade, a Alemanha ainda está lutando contra um sistema escolar prejudicado por legados pré-modernos). Há também outras similaridades: por exemplo, as estruturas familiares estão mudando rapidamente no Leste asiático devido às altas taxas de participação do trabalho feminino no mercado. Isso permitiu às mulheres negociar seu poder *vis-à-vis* seus maridos, de quem elas tornam-se economicamente menos dependentes (QUAH, 2003). Assim, as relações patriarcais são crescentemente desafiadas e as taxas de divórcio estão aumentando. Elas ainda podem estar baixas de acordo com os padrões europeus ou estadunidenses, mas a tendência é claramente de alta. Da mesma forma, as normas de piedade filial estão sob tensão, com domicílios de duas gerações [*two-generation households*] tornando-se a norma. Talvez mais valores “tradicionais” possam ser sustentados (por mais tempo) no Leste asiático que o foram nos casos de vários países ocidentais (embora isso ainda esteja para ser visto), mas, qualquer que seja seu derradeiro destino, o que costumava ser visto como auto-evidente é agora mais e mais sujeito às forças erosivas da dúvida e do questionamento.

De que maneira tais descobertas ajustam-se à noção de múltiplas modernidades? Se não se pode simplesmente as descartar como inválidas, deve-se ao menos encaminhar as questões que elas suscitam para nossa compreensão da modernidade ou das modernidades. Mas a literatura sobre as múltiplas modernidades até aqui não parece tomar ciência de tais fenômenos efêmeros – não tanto porque isso se parece muito menos relativo à efetiva composição das sociedades modernas contemporâneas que com seus caminhos em direção à modernidade, a respeito do que a literatura afirma existir mais de uma. Todavia, seria difícil encontrar um teórico da modernização que afirme outra coisa. Assim, pode-se imaginar os objetivos de tais esforços de esclarecimento.

Outro aparente aspecto de convergência é no campo da Economia, em que as políticas estão tornando-se incrivelmente mais parecidas. Não apenas há muitas mais democracias no mundo hoje do que havia 50 anos atrás, como uma crescente ênfase tem sido posta no estabelecimento de economias de mercado e sua necessária infra-estrutura institucional (RODRICK, 2000). “Tão tarde quanto em 1965”, escreve Jeffrey Sachs (2000, p. 38ss.), somente o Ocidente, o Japão e os quatro “tigres” do Leste asiático (que somados representam somente 21% da população mundial) eram completamente “capitalistas em orientação”. Com o colapso do socialismo, a abertura da Índia e outras transições alhures, a figura mudou rapidamente ao longo dos últimos 15 anos, aproximadamente. Agora, a maioria da população do mundo vive sob instituições econômicas capitalistas ou em países que se movem em direção à sua implementação e consolidação. Os resultados dessas transformações são qualquer coisa menos certos ou constantes, nem são indolores. Ainda assim, é difícil negar que indicam alguns movimentos em direções comuns, sobre a grande jornada redutor das divergências entre países ou civilizações²³.

Globalmente, esse processo tem enormes implicações. Uma delas parece ser uma reversão na

²³ Na linha de um argumento vivamente discutido de Wilensky (1975), outra convergência parece ser o estabelecimento de alguns mecanismos de provisão de serviços de bem-estar, coletivos, estatais ou regulados, em virtualmente todos os países que se tornaram ricos como um resultado das aberturas exitosas de suas economias ao mercado.

tendência de crescente desigualdade econômica entre as regiões do mundo que começou subitamente dois séculos atrás com a industrialização da Europa e que agora parece ter alcançado um ponto de inflexão, deslocando o *locus* do crescimento da desigualdade novamente para o nível nacional, da desigualdade entre as nações para a desigualdade no interior das nações²⁴ e, assim, ocasionando uma nova Geografia da Desigualdade, devido à crescente potência econômica dos países de industrialização tardia, especialmente a China (FIREBAUGH, 2003). O fenomenal crescimento chinês no último quarto de século não foi apenas a força-chave por trás da redução do nível de pobreza²⁵ mundial de mais da metade de todas as pessoas de 50 anos atrás para cerca de 20% da população mundial de hoje; ele também significa que, pela primeira vez na história, a maioria da população humana em breve viverá sob condições genuinamente modernas. A China está modernizando-se mais rapidamente que qualquer outro país no mundo anteriormente e sua modernização provavelmente modificará a face do mundo de modo radical. O país logo superará a Alemanha como a terceira maior economia e finalmente se tornará a economia número um do mundo, de modo que “recuperará a posição histórica que perdeu em meados do século XIX” (QIAN, 2003, p. 298) – contanto que os atuais níveis de crescimento possam ser sustentados ou ao menos mantidos suficientemente altos. Como resultado, ela também se tornará politicamente mais poderosa do que já é. E mesmo que em vários sentidos ela permanecerá diferente do Ocidente contemporâneo, ela

também se tornará mais parecida com ele em inúmeros aspectos (sócio-estruturalmente ou não). Por exemplo, é claro que não sabemos se a China mudará para um sistema político democrático e, mesmo que o faça, o tipo de democracia que ela pode estabelecer pode diferir significativamente das democracias de tipo ocidental (cf. Bell (2000) para uma interessante proposta). Mas ela já está no processo de fortalecimento do tipo de autoridade política legal-burocrático que Weber acreditou ser um pré-requisito indispensável para a modernização econômica exitosa; se ela finalmente adotar uma genuína forma de democracia, a China modernizada tornar-se-á, com o passar do tempo, mais semelhante ao Ocidente do que era antes de adotar essa rota – um cenário bastante de acordo com as proposições da teoria da modernização. Restrições na liberdades de pensamento e de opinião, bem como da ciência, na medida em que estão longe de serem negligenciáveis, já foram aliviadas e serão provavelmente mais aliviadas, mesmo que recaídas sejam sempre possíveis. Em 2004, a China emendou sua constituição para conceder o direito formal à posse da propriedade privada, uma instituição sem raízes históricas na cultura chinesa, mas necessária para incentivar o setor privado de negócios que está conduzindo o crescimento econômico da China. Novamente: as tendências indicam convergência no crescimento – mesmo que, para repetir a platitude, “convergência” não precise significar nem provavelmente significará “identidade”.

Pode-se seguir adiante dessa forma, mas a questão que estou tentando discutir deve estar suficientemente clara agora. Então, o que fazemos com isso tudo? É sobre essa questão que me debruçarei agora, em termos de uma breve conclusão.

IV. CONCLUSÃO

Há muitas diferenças entre diferentes localidades no mundo: entre vilas, distritos, cidades, províncias, países, regiões, civilizações – e nada do que foi dito pretende negá-las. Todavia, deve-se dizer que as diferenças mais fundamentais ocorrem entre entidades sociais modernas e pré-modernas, não entre as modernas. A abordagem das múltiplas modernidades é mal preparada para reconhecer o deslocamento revolucionário para a idade moderna, localizando, como ela faz (ao menos em algumas de suas versões), as presumivelmente mais profundas diferenças en-

Obviamente, tais mecanismos não caem como maná do céu e é sem dúvida verdade que sua forma (bem como seu tamanho e sua “generosidade”) devem muito ao modo como surgiram (como os teóricos da ação ou do conflito estão inclinados a insistir). Mas isso não invalida o argumento em si – apenas o qualifica.

²⁴ O crescimento da desigualdade de renda entre as nações foi um fenômeno de âmbito mundial durante as últimas duas décadas, afetando mesmo o Japão (onde a dispersão de renda foi muito mais comprimida após a II Guerra Mundial que em vários outros países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)) e aparentemente o movendo para próximo dos padrões prevalentes nos Estados Unidos (ver OHTAKE, 1999; SATO, 2001). Poderia ser isso um sinal de convergência?

²⁵ Baseado no padrão do Banco Mundial de ter para viver o equivalente a menos de um dólar por dia (cf. UNDP, 2003).

tre civilizações na idade axial de cerca de 2 500 anos atrás – cujas transformações religiosas, epistêmicas e culturais, acredita-se, transcendem as idades moderna e pré-moderna e são mesmo mais profundas e têm um impacto mais significativo e duradouro sobre a identidade ou sobre a visão de mundo das sociedades contemporâneas que seus maiores ou menores graus de modernização. Se não forem, a própria *rationale* de uma abordagem centrada em civilizações entrará em colapso.

Penso que uma tal abordagem é tanto conceitualmente falha quanto empiricamente dúbia e que uma alternativa melhor para acomodar as diferenças existentes no mundo contemporâneo seria um conceito ainda a ser desenvolvido de “variedades da modernidade”, próximo – mas naturalmente posto em um nível de abstração superior – à noção de “variedades de capitalismo” que surge na literatura da Nova Economia Política. Tal abordagem permitir-nos-á levar as diferenças a sério, mas deve ir além da cultura e da política, os dois principais campos de investigação na escola das múltiplas modernidades, bem como a economia, que a literatura das variedades do capitalismo focaliza por motivos evidentes. Na verdade, deve-se examinar toda a estrutura social, todos os aspectos da vida moderna e todos os setores institucionais diferenciados da inserção na economia moral religiosamente sancionada e da ordem social baseada na estratificação do passado pré-moderno²⁶. Além disso, ao invés de assinalar apenas poucos (grupos de) países para análises comparativas, deve-se cobrir o mundo todo.

Ela deve ser muito mais compreensiva que ambas as abordagens acima. As comparações transfronteiriças que ela encorajaria permitem a possibilidade de que alguns países – ou outras entidades sociais – sejam em alguns aspectos mais

semelhantes a outros, pertencentes a outras civilizações que a vários membros de “sua” própria civilização e vice-versa. A noção de múltiplas modernidades sugere homogeneidade no interior das civilizações – pelo menos, mais que *entre* elas. A noção de variedades da modernidade levanta dúvidas sobre a sensatez dessa proposição, pois, seguindo a literatura sobre as variedades do capitalismo, ela focaliza as instituições – e a respeito destas já se mostrou que cruzam as fronteiras civilizacionais em alguns casos importantes – se e na medida em que as correntes da tradição são destruídas. E enquanto não for conhecido à frente do tempo se isso se aplica a todos os grupos de instituições sociais também, não se pode simplesmente assumir a existência e a persistência da diferença como garantida. Quaisquer que sejam as diferenças postuladas, elas devem antes ter sua existência provada e isso requer extensas análises nas áreas em questão.

Para poder-se falar em variedades da modernidade, deve-se encontrar grupos de sociedades modernas com padrões coerentes de co-variações institucionais, na medida em que um tipo particular de modernidade que tenha tido uma pontuação alta em uma variável institucional também tenha uma pontuação alta em outra e vice-versa, resultando no que Weber chamou de “afinidades eletivas” entre diferentes tipos de instituições. O caráter moderno das sociedades modernas teria que ser antes determinado por sua conformidade com alguns critérios definindo ou qualificando a modernidade. Não posso esboçar a necessária lista aqui, mas a literatura sobre modernidade e modernização deve oferecer orientação adequada para esse propósito.

Agora, dada a amplitude da abordagem sugerida, pô-la para trabalhar pode provar que uma tarefa de tão estupendas proporções pode realmente não se realizar, pelo menos não por um único pesquisador ou mesmo por um grupo variável de pesquisadores. Mas essa necessidade não invalida a idéia subjacente ao ideal. Pois, não obstante sua possibilidade prática, a mera consideração de seus pré-requisitos conceituais e metodológicos sugere muito a respeito do conhecimento necessário para basear as noções de múltiplas modernidades e de variedades da modernidade. Ambos os termos têm sentido apenas se padrões coerentes de tipos como os descritos acima puderem ser firmemente estabeleci-

²⁶ A sociedade moderna, de acordo com a escola da teoria da diferenciação em Sociologia, caracteriza-se antes e acima de tudo pelo princípio da diferenciação funcional, não pelo da estratificação que domina tudo em ordens hereditárias de *status*. Isso não é o mesmo que dizer que a estratificação desapareceu ou perdeu qualquer significado na sociedade moderna – bem ao contrário. Mas ela cedeu passo à diferenciação funcional como o princípio organizador primário (cf. LUHMANN, 1997). E dada a relativa autonomia dos vários setores institucionais da sociedade resultante dessa mudança, não podemos simplesmente extrapolar nossos achados de um ou outro setor para o resto.

dos para grupos particulares de sociedades modernas. Somente assim algo muito importante seria deixado de lado a respeito das sociedades em questão – de fato, a respeito da modernidade como um todo – por evitar qualquer subcategorização, de qualquer tipo, e referindo-as indiscriminadamente como sociedades modernas ou somente as chamando pelos nomes de suas origens geográficas ou políticas (como Leste asiático ou Japão).

Existe, é claro, a possibilidade de que uma análise cuidadosa possa em última análise apoiar uma abordagem centrada em civilizações das múltiplas modernidades, pois, quaisquer que sejam as variedades da modernidade, uma tal análise pode mostrar-se fortemente correlacionada com fatores culturais do tipo aludido nessa literatura. Por outro lado, é igualmente possível que ambos os termos tenham que ser descartados devido a que, além de algumas instituições centrais como aquelas pertencentes à economia, à ordem política ou

ao arcabouço jurídico, as sociedades modernas simplesmente não formam agrupamentos coerentes. Nesse caso, nossos esforços de conceituação teriam que mirar níveis inferiores de agregação e contentarem-se com rótulos como “variedades do capitalismo”, ao invés de “variedades da modernidade”.

É desnecessário dizer que essas são questões empíricas e que portanto têm que ser respondidas empiricamente. Afinal, nossas conceituações do mundo social são úteis apenas na medida em que ressoam esse mundo, em que descobrem algo que não pode ser visto ou completamente entendido sem seu auxílio. Se, ao contrário, elas desorientarem-nos, devemos revisá-las. Mesmo que essa fosse a única conclusão a tirar de nossos esforços para dar sentido ao mundo por meio dos conceitos recém-criados (ou presentemente esboçados), ainda teríamos aprendido algo no exercício: que há certas afirmações que é melhor não fazer porque não há provas disponíveis para apoiá-las.

Volker H. Schmidt (socvhs@nus.edu.sg) leciona Sociologia na Universidade Nacional de Cingapura (NUS); também já lecionou nas universidades de Mannheim e de Bremen e foi J. F. Kennedy Memorial Fellow do Centro de Estudos Europeus da Universidade de Harvard.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, U.** 1986. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne.* Frankfurt : Suhrkamp.
- BELL, D. A.** 2000. *East Meets West : Human Rights and Democracy in East Asia.* Princeton : Princeton University.
- BENDIX, R.** 1977. *Nation Building and Citizenship : Studies of Our Changing Social Order.* New Brunswick : Transaction.
- CHIROT, D.** 2001. A Clash of Civilizations or of Paradigms? *International Sociology*, London, v. 16, n. 3, p. 341-360, Sept.
- DRÈZE, J. & SEN, A.** 1995. *India : Economic Development and Social Opportunity.* Delhi : Oxford University.
- EISENSTADT, S. N.** 2000a. Multiple Modernities. *Daedalus*, Cambridge, Mass., v. 129, n. 1, p. 1-29, Winter.
- _____. 2000b. *Die Vielfalt der Moderne.* Weilerswist : Velbrück Wissenschaft.
- ESPING-ANDERSEN, G.** 1990. *The Three Worlds of Welfare Capitalism.* Cambridge : Polity.
- FIREBAUGH, G.** 2003. *The New Geography of Global Income Inequality.* Cambridge, Mass. : Harvard University.
- GIDDENS, A.** 1990. *The Consequences of Modernity.* Stanford, Cal. : Stanford University.
- HALL, P. A. & SOSKICE, D. (eds.).** 2001. *Varieties of Capitalism : The Institutional Foundations of Comparative Advantage.* Oxford : Oxford University.
- HEFNER, R. W.** 1998. Multiple Modernities : Christianity, Islam, and Hinduism in a Globalizing Age. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n. 27, p. 83-104.
- _____. 1999. *The Labor of Development : Workers and the Transformation of Capitalism in Kerala, India.* Ithaca : Cornell University.
- HOLLIDAY, I.** 2000. Productivist Welfare

- Capitalism : Social Policy in East Asia. *Political Studies*, London, v. 48, n. 4, p. 706-723, Sept.
- HORT, S. E. O. & KUHNLE, S.** 2000. The Coming of East and South East Asian Welfare States. *Journal of European Social Policy*, London, v. 10, n. 2, p. 162-184, May.
- HUNTINGTON, S. P.** 1971. The Change to Change. Modernization, Development, and Politics. *Comparative Politics*, New York, v. 3, n. 3, p. 283-322, April.
- _____. 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York : Simon and Schuster.
- INGLEHART, R.** 1995. Changing Values, Economic Development and Political Change. *International Social Science Journal*, London, v. XLVII, n. 145, p. 379-403.
- INGLEHART, R. & BAKER, W. E.** 2000. Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, Washington, D. C., v. 65, n. 1, p. 19-51, Feb.
- JEPPERSON, R. L.** 2002. Political Modernities : Disentangling Two Underlying Dimensions of Institutional Differentiation. *Sociological Theory*, London, v. 20, n. 1, p. 61-85, Mar.
- JONES, C.** 1993. The Pacific Challenge. Confucian Welfare Regimes. In : _____. (ed.) *New Perspectives on the Welfare State in Europe*. London : Routledge.
- KAISER, A.** 1997. Types of Democracy : From Classical to New Institutionalism. *Journal of Theoretical Politics*, London, v. 9, n. 4, p. 419-444, Oct.
- KUMAR, K.** 1999. Modernization and Industrialization. In : WATERS, M. (ed.). *Modernity : Critical Concepts*. V. 1 : Modernization. London : Routledge.
- LOCK, M.** 2002. *Twice Dead : Organ Transplants and the Reinvention of Death*. Berkeley, Calif. : University of California.
- LUHMANN, N.** 1997. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt : Suhrkamp.
- MARX, K.** 1936. *Capital*. New York : The Modern Library.
- MCLAUGHLIN, E.** 1993. Hong Kong : A Residual Welfare Regime. In : COCHRANE, A. & CLARKE, J. (eds.). *Comparing Welfare States : Britain in International Context*. London : Sage.
- MEYER, J. W.; BOLL, J.; THOMAS, G. M. & RAMIREZ, F. O.** 1997. World Society and the Nation State. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 1, p. 144-181, July.
- NISBET, R. T.** 1966. *The Sociological Tradition*. New York : Basic Books.
- O'DONNELL, G.** 1993. On the State, Democratization, and Some Conceptual Problems : A Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries. *World Development*, Montreal, v. 21, n. 8, p. 1355-1369, Aug.
- OHTAKE, F.** 1999. Aging Society and Inequality. *Japan Labor Bulletin*, v. 38, n. 7, p. 5-11, July.
- PARSONS, T.** 1964. Evolutionary Universals in Society. *American Sociological Review*, n. 29, p. 339-357.
- PHILLIPS, A.** 1999. *Which Equalities Matter?* Cambridge : Polity.
- PHILLIPS, D. L.** 1993. *Looking Backward : A Critical Appraisal of Communitarian Thought*. Princeton : Princeton University.
- PUTNAM, R. D.** 1993. *Making Democracy Work : Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton : Princeton University.
- QIAN, Y.** 2003. How Reform Worked in China. In : RODRICK, D. (ed.). *In Search of Prosperity : Analytic Narratives on Economic Growth*. Princeton : Princeton University.
- QUAH, S. R.** 2003. *Home and Kin : Families in Asia*. Singapore : Eastern University.
- RODRICK, D.** 2000. How Far Will International Economic Integration Go? *Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v. 14, n. 1, p. 177-186, Winter.
- RÖHL, K. F.** 1997. Procedural Justice : Introduction and Overview. In : RÖHL, K. F. & MACHURA, S. (eds.). *Procedural Justice*. Brookfield : Ashgate.

- SACHS, J.** 2000. Notes on a New Sociology of Economic Development. In : HARRISON, L. & HUNTINGTON, S. P. (eds.). *Culture Matters : How Values Shape Human Progress*. New York : Basic Books.
- SACHSENMAIER, D. & RIEDEL, J.** (eds.). 2002. *Reflections on Multiple Modernities : European, Chinese and Other Interpretations*. Leiden : Brill.
- SATO, T.** 2001. Is Japan a “Classless” Society? *Japan Quarterly*, Tokyo, v. 48, n. 2, p. 25-30, Apr.-June.
- SCHMIDT, V. A.** 2002. *The Futures of European Capitalism*. Oxford : Oxford University.
- SCHMIDT, V. H.** 2001. Oversocialised Epistemology : A Critical Appraisal of Constructivism. *Sociology*, Cambridge, v. 35, n. 1, p. 135-157, Feb.
- SCHMIDT, V. H. & LIM, C. H.** 2004. Organ Transplantation in Singapore : History, Problems, and Policies. *Social Science and Medicine*, v. 59, n. 10, p. 2173-2182, Nov.
- SEN, A.** 1999. *Development as Freedom*. New York : Random House.
- SENGHAAS, D.** 1998. *Zivilisierung wider Willen*. Der Konflikt der Kulturen mit sich selbst. Frankfurt : Suhrkamp.
- SPOHN, W.** 2003. Multiple Modernity, Nationalism and Religion : A Global Perspective. *Current Sociology*, London, v. 51, n. 3-4, p. 265-286, May.
- STRATH, B.** 2004. Nordic Modernity : Origins, Trajectories and Prospects. *Thesis Eleven*, n. 77, p. 5-19.
- STREECK, W. & YAMAMURA, K.** (eds.). 2001. *The Origins of Nonliberal Capitalism : Germany and Japan in Comparison*. Ithaca : Cornell University.
- TABARI, K.** 2003. The Rule of Law and the Politics of Reform in Post-Revolutionary Iran. *International Sociology*, London, v. 18, n. 1, p. 96-113, Mar.
- TAYLOR, C. & LEE, B.** (s/d). *Multiple Modernities Project – Modernity and Difference*. Disponível em : <http://www.sas.upenn.edu/transcult/promad.html>. Acesso em : 1º.dez.2006.
- THERBORN, G.** 2000. “Modernization” Discourses, their Limitations, and their Alternatives. In : SCHELKLE, W.; KRAUTH, W.-H.; KOHLI, M. & ELWERT, G. (eds.). *Paradigms of Social Change : Modernization, Development, Transformation, Evolution*. Frankfurt : Campus.
- TU, W.** 2000. Implications of the Rise of “Confucian” East Asia. *Daedalus*, Cambridge, Mass., v. 129, n. 1, p. 195-218, Winter.
- UNDP.** 2003. *A World of Development*. Annual Report 2003. New York : United Nations Development Programme. Disponível em : <http://www.undp.org/annualreports/2003/english/IAR03completeE.pdf>. Acesso em : 1º.dez.2006.
- WEBER, M.** 1978. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. V. 1. 7th ed. Tübingen : Mohr (Siebeck).
- _____. 1984. *Die protestantische Ethik I*. Eine Aufsatzsammlung. 7th ed. Gütersloh : Mohn.
- _____. 1988. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 7th ed. Tübingen : Mohr (Siebeck).
- WEISS, A. M.** 2003. Interpreting Islam and Women’s Rights. *International Sociology*, London, v. 18, n. 3, p. 581-601, Sept.
- WILENSKY, H. L.** 1975. *The Welfare State and Equality : Structural and Ideological Roots of Public Expenditure*. Berkeley, Calif. : University of California.
- WITTROCK, B.** 2000. Modernity : One, None, or Many? European Origins and Modernity as a Global Condition. *Daedalus*, Cambridge, Mass., v. 129, n. 1, p. 31-60, Winter.
- YAMAMURA, K. & STREECK, W.** (eds.). 2003. *The End of Diversity? Prospects for German and Japanese Capitalism*. Ithaca : Cornell University.